

**Sexta Alteração Contratual da Sociedade Limitada**  
**SOFTILUX SISTEMAS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**  
**CNPJ 02.067.290/0001-16**

**Softilux Sistemas e Consultoria Empresarial Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com seu contrato social registrado na JUCESC sob o nº 42202391684 em 25/08/1997 e subseqüentes alterações registradas em 12/04/2002, 28/10/2002, 02/07/2003, 12/09/2006 e 14/02/2008, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 02.067.290/0001-16, com sede à Rua Saguacú nº 40 – Sala 304 – Bairro Saguacú (CEP 89221-010), em Joinville – SC, por seus sócios quotistas que ao final assinam:


**Roberto Regis Barbosa**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em Tubarão - SC, aos 09 de maio de 1960, Analista de Sistemas, portador da Cédula de Identidade nº RG 2/R 924.322, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF - Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 377.369.659-00, residente e domiciliado à Rua Dona Francisca nº 1403, Bairro Saguacú (CEP-89221-006), em Joinville-SC;

**Terezinha Maria Reinert Barbosa**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em Joinville - SC, aos 09 de agosto de 1962, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº RG 4/R 1.400.935, expedida pela SSI/SC, inscrita no CPF - Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 486.383.079-34, residente e domiciliada à Rua Dona Francisca nº 1403, Bairro Saguacú (CEP-89221-006), em Joinville – SC;

**Resolvem de comum acordo, alterar o seu contrato social como segue:**

 **Cláusula 1ª - Alterar a denominação social** da empresa que passa a ser: **Softilux Desenvolvimento de Software Ltda.**;

**Cláusula 2ª – Alterar as atividades** da empresa que passa a ser: **Desenvolvimento de Software sob encomenda e Serviços de Licenciamento de Software**;

 **Cláusula 3ª - Consolidar e substituir** todas as cláusulas e condições do contrato social primitivo e alterações, que em consequência passa a vigorar com a seguinte redação:

### **Contrato Social**

**DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO, INICIO E PRAZO DE DURAÇÃO.**

**Cláusula 1ª -** A sociedade gira sob a denominação social de **Softilux Desenvolvimento de Software Ltda.**

Parágrafo Único – O título do estabelecimento é: **“Softilux Sistemas”**.

**Cláusula 2ª –** A sociedade tem sua sede social à **Rua Saguacú nº 40 – Sala 304 – Bairro Saguacú (Cep-89221-010), em Joinville – SC.**

Parágrafo 1º - A sociedade poderá abrir filiais, sucursais ou agências em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

Parágrafo 2º - Criada a filial, sucursal ou agência, a Sociedade fará inscrever no registro do comércio da sede e do local onde funcionará o estabelecimento, declaração da criação indicando o respectivo endereço e o valor do capital que à mesma será destinado.

**Cláusula 3ª** - A sociedade tem por objetivo: **Desenvolvimento de Software sob encomenda e Serviços de Licenciamento de Software.**

Parágrafo 1º - A Sociedade poderá alterar a descrição do seu objetivo social, em razão da expansão de suas atividades.

Parágrafo 2º - Para o exercício de atividades profissionais especializadas, a Sociedade habilitar-se-á perante os respectivos órgãos de fiscalização profissional, indicando responsável que atuará com atribuições e autoridade previstas no respectivo regulamento.

**Cláusula 4ª** - A Sociedade iniciou suas atividades em **01 de setembro de 1997**, sendo constituída por prazo indeterminado.

**Cláusula 5ª** - A saída de qualquer dos sócios ficará condicionada à forma e condições na Cláusula dezenove.

**Cláusula 6ª** - O capital social é de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais).

**Cláusula 7ª** - O capital social fica dividido em 5.000 (cinco mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada, assim distribuídas entre os sócios cotistas:

**Roberto Regis Barbosa**, anteriormente qualificado, é detentor de 3.500 (três mil e quinhentas) cotas já integralizadas, totalizando R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);

**Terezinha Maria Reinert Barbosa**, anteriormente qualificada, é detentora de 1.500 (hum mil e quinhentas) cotas já integralizadas, totalizando R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

**Composição do Capital Social**

Sócios	Nº Cotas	%	Vlr Unit R\$	Vlr Total R\$
Roberto Regis Barbosa	3.500	70,00	1,00	3.500,00
Terezinha Maria Reinert Barbosa	1.500	30,00	1,00	1.500,00
<b>Total.....&gt;</b>	<b>5.000</b>	<b>100,00</b>	<b>1.00</b>	<b>5.000,00</b>

**Cláusula 8ª** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social na forma da lei, limitados ao valor total do capital da Sociedade.

**DO EXERCICIO SOCIAL, BALANÇO, DISTRIBUIÇÃO de LUCROS e PREJUÍZOS.**

**Cláusula 9ª** - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.



**Cláusula 10ª** - No fim de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

**Cláusula 11ª** - Os lucros líquidos apurados poderão ser distribuídos entre os sócios, na proporção de suas cotas de participação no capital social, ou permanecerem na reserva da empresa, observado o disposto na Cláusula vinte e um.

**Cláusula 12ª** - Os prejuízos que porventura se verificarem poderão ser distribuídos entre os sócios na proporção de suas cotas de participação no capital social, ou mantidos em conta especial para serem amortizados nos exercícios futuros.

**Cláusula 13ª** - Fica estabelecida a primeira semana do segundo mês subsequente ao encerramento de cada semestre civil, para que os sócios examinem os livros e documentos, o estado do caixa e da carteira da sociedade.

### **DA ADMINISTRAÇÃO, SUA REMUNERAÇÃO E CONTABILIDADE**

**Cláusula 14ª** - A Sociedade será administrada isoladamente pelo sócio quotista **Roberto Regis Barbosa**.

Parágrafo 1º - No exercício de suas funções, o sócio administrador fica investido dos mais amplos e gerais poderes de gestão e administração, próprios do cargo, a fim de garantir o pleno funcionamento dos negócios sociais e a realização do objetivo da Sociedade, podendo, para tanto, emitir cheques, letras de câmbio, notas promissórias, duplicatas, bem como emitir e aceitar quaisquer outros títulos de crédito, avalizá-los, endossá-los e ainda assinar todo e qualquer documento, contrato ou papel que implique em responsabilidade da Sociedade, seja público, particular, prestando cauções, fianças, hipotecas, penhores, firmar compromissos, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação.

Parágrafo 2º - Nos limites de suas atribuições e poderes, é lícito o sócio administrador constituir em nome da Sociedade, procuradores que assinarão sempre em conjunto com o sócio administrador, especificando no instrumento os atos e operações que poderá praticar e o prazo de duração do mandato, exceto o mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 3º - A alienação ou gravame real de qualquer bem da Sociedade dependerá sempre da aprovação da maioria dos sócios, nos termos da Cláusula vinte e um, que nesse caso assinarão o respectivo instrumento de alienação de instituição do ônus.

**Cláusula 15ª** - Pelos serviços que prestar à Sociedade, o sócio administrador receberá a título de "pró-labore", uma quantia mensal creditada em conta corrente, fixada de comum acordo entre os sócios cotistas, conforme as possibilidades financeiras da Sociedade.

**Cláusula 16ª** - A Sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários.

**Cláusula 17ª** - Em caso de aumento de capital, este se realizará com igualdade de condições entre os sócios e na exata proporção das cotas que cada um possuir.



**Cláusula 18ª** - Em caso de redução de capital, esta será proporcional ao número de cotas de cada sócio.

**Cláusula 19ª** - As cotas partes do capital são indivisíveis e livremente negociáveis entre os sócios que, entretanto, não poderão cedê-las a terceiros estranhos à Sociedade.

Parágrafo 1º - O sócio que pretender retirar-se da Sociedade deverá comunicar sua intenção por escrito aos demais sócios, os quais terão prazo de 30 (trinta) dias para exercerem seu direito de preferência.

Parágrafo 2º - Havendo interesse de mais de um sócio na aquisição das cotas liberadas, estas serão rateadas proporcionalmente ao capital de cada um.

Parágrafo 3º - Se os sócios não manifestarem interesse em adquirir as cotas, fica assegurado ao sócio interessado em desfazer-se de suas cotas, o direito de retirar-se da sociedade, recebendo desta os seus haveres pelo modo indicado na cláusula vinte.

**Cláusula 20ª** - A Sociedade não se dissolverá nem entrará em liquidação, por morte, retirada, falência, concordata, interdição ou vontade de qualquer dos sócios.

Parágrafo 1º - Ocorrendo quaisquer dessas hipóteses, os haveres do sócio morto, retirante, falido, concordatário, incapaz ou interdito, serão apurados segundo o balanço correspondente ao último exercício social, se encerrado há menos de 35 (trinta e cinco) dias, ou levantado especialmente para tal fim quando ultrapassado esse prazo.

Parágrafo 2º - A apuração dos haveres referidos no Parágrafo anterior, far-se-á em uma única conta, compreendendo capital, lucro e outros créditos, e deverá estar encerrada no prazo máximo de (60) sessenta dias, a contar do evento.

Parágrafo 3º - Terminada a apuração dos haveres, estes serão pagos ao sócio retirante, ou aos herdeiros, sucessores ou representantes legais, em prestações mensais, iguais e sucessivas, com juros de 12% (doze por cento) ao ano, e correção monetária segundo os índices de variação INPC (IBGE), vencendo-se a primeira trinta dias após o transcurso do prazo referido no Parágrafo anterior.

Parágrafo 4º - No caso de falecimento de sócio, os herdeiros terão o direito de optar pela permanência na Sociedade como sócios, respeitada a distribuição de cotas que vier a ser feita no inventário respectivo, ou dela retirarem-se, na forma desta Cláusula, sem prejuízo do disposto nas Cláusulas dezoito e dezenove.

Parágrafo 5º - O prazo de opção referido no Parágrafo anterior será de 90 (noventa) dias a contar do falecimento de qualquer dos sócios.

**Cláusula 21ª** - As deliberações dos sócios serão tomadas de comum acordo, prevalecendo nas divergências, o voto da maioria que represente no mínimo dois terços do capital social integralizado, valendo cada cota por um voto.

Parágrafo Único - Os sócios poderão fazer-se representar nas deliberações sociais por outro sócio ou por advogado, mediante procuração específica para tal fim.

**Cláusula 22ª** - A sociedade poderá, por deliberação da maioria, transformar-se em qualquer outro tipo de sociedade.

**Cláusula 23ª** - A dissolução da Sociedade só poderá ocorrer por decisão unânime dos sócios cotistas que, nesse caso, elegerão um liquidante e promoverão a liquidação na forma da lei.

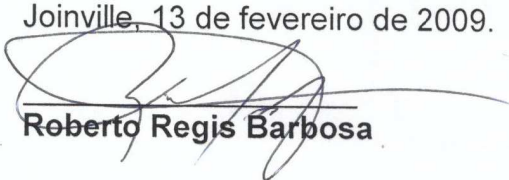
**Cláusula 24ª** - Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais vigentes, aplicáveis à espécie.

**Cláusula 25ª** - O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula 26ª** - Fica eleito o foro da Comarca de Joinville (SC) para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Joinville, 13 de fevereiro de 2009.

  
Roberto Regis Barbosa

  
Terezinha Maria Rehnert Barbosa

